
SIMULADO AMOSTRA

POLÍCIA PENAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Policial Penal



**SIMULADO PADRÃO INSTITUTO AVALIA
100 QUESTÕES (MÚLTIPLA ESCOLHA)
TEMPO: 5H**



SimuladosBR
Simulando Seu Sucesso

PROVA OBJETIVA**Língua Portuguesa****Texto I (Questões 01 a 03)****Montanha**

Há homens do mar e homens do rio, homens da terra plana e homens da montanha, tão diversos uns dos outros como se fossem de raças diferentes. Nativa da praia e da catinga, confesso que, por mim, tenho medo de montanha. Tão altas, tão brutas, com suas rampas de pedra inacessíveis, e até a beleza dos vales lá embaixo é rodeada pela traição dos despenhadeiros.

Não é a cidade, nem as fábricas, nem nenhuma das formas do progresso mecânico que mais me demonstram o atrevimento do homem; é a montanha. Está um homenzinho cá embaixo, na planície, munido apenas das suas duas pernas, e lá em cima vê torrear os monstros, ásperos e verdes, vê os precipícios temerosos, vê azular de encontro às nuvens os picos altíssimos. Pois se vai ele, abandonando a sua planura e a sua segurança, abrindo trilha no flanco do gigante, e escala as serras, e escolhe local de pouso e moradia, e desvenda os mistérios de entre os montes, e aceita como destino e meio de vida o eterno sobe e desce de ladeiras, e faz dos precipícios o seu cotidiano. E vive feliz, e atrai outros atrevidos para o seu lado – e quando se vê está constituído todo um povo de montanheseiros – fato, afinal, tão admirável quanto se de nossa espécie se constituísse de repente um povo de anfíbios...

Vê-se, pois, que foi exagero euclidiano dizer que o sertanejo é que é antes de tudo um forte. Qual, o sertanejo é principalmente um sofredor. É o fatalista, que recebe como lhe caem por cima as pragas e as poucas bênçãos do destino; enquanto o montanhês é o agressivo, o domador da fera. O sertanejo foi se chegando aos poucos – cada dia, cada ano, caminhava mais uma légua, seguindo no rastro do boi; enquanto o candidato a montanhês teve necessariamente o seu momento de decisão, na hora em que se resolve a enfrentar o salto que o levará cá de baixo às altitudes da serra, e, através da trilha difícil que ele mesmo tem que construir, marcar o seu lugar numa riba de cordilheira, nele se empoleirar e de lá olhar o mundo como um vitorioso.

Isto não é um apólogo. Será quando muito um débil aviso de perigo. Durante anos e anos tivemos o domínio dos homens do planalto e não se deve confundir planalto com montanha; os do planalto só têm da montanha as vantagens, que é a altitude sem a

aspereza de picos e morros. O planalto faz trabalhadores e aristocratas, não forja guerrilheiros. Depois subiram os do pampa, a planície por definição. Ficaram também muito tempo – tanto tempo que tem sido difícil desalojá-los, e para os contentar ainda foi preciso entregar-lhes um bom quinhão dos despojos. (...)

Rachel de Queiroz

01. Assinale a alternativa cuja afirmação condiz com o conteúdo apresentado no texto “Montanha”.

- A Os animais anfíbios surgiram da mesma forma que os homens montanhistas, entre aqueles que se acomodam com o mesmo modo de vida.
- B Os montanhistas são uma espécie de homens à parte, diferentes dos demais; são arrojados, aventureiros, não se contentam com a mesmice das coisas.
- C A montanha forma aristocratas que desafiam os limites, enquanto a planície forma guerrilheiros calmos, tranquilos, que lutam pela paz.
- D Todos os homens são iguais entre si; a única coisa que os diferencia é se vivem nas grandes capitais ou nas cidades do interior.
- E O atrevimento dos homens se faz sentir em todos os lugares: nas cidades, nas fábricas, nos campos, nos pampas, nas caatingas.

02. Em relação ao seu tipo e gênero, o texto “Montanha” se enquadra como

- A conto jornalístico, do tipo narrativo, com personagens planos (homens comuns) e redondos (montanhistas).
- B conto jornalístico, do tipo descritivo, com apresentação de características dos montanhistas.
- C crônica jornalística, do tipo narrativa, em que a autora conta fatos e apresenta personagens bem específicos.
- D crônica objetiva, do tipo dissertativa, em que a autora desenvolve uma visão científica sobre o tema.
- E crônica subjetiva, do tipo dissertativa, em que a autora desenvolve uma visão pessoal sobre o tema.

03. “Pois se vai ele, abandonando a sua planura e a sua segurança, abrindo trilha no flanco do gigante, e escala as serras, e escolhe local de pouso e moradia, e desvenda os mistérios de entre os montes, e aceita como destino e meio de vida o eterno sobe e desce de ladeiras, e faz dos precipícios o seu cotidiano.” As palavras

destacadas no trecho caracterizam a seguinte figura de linguagem e seu correspondente efeito de sentido:

- A pleonasma – a repetição da mesma palavra enfatiza a sequência de ações praticadas.
- B hipérbole – a repetição da mesma palavra exagera a sequência de ações praticadas.
- C polissíndeto – cada palavra realça uma ação, intensificando a ideia de realização dos atos.
- D eufemismo – cada palavra suaviza uma ação, amenizando a ideia de realização dos atos.
- E hipérbato – cada palavra produz uma alteração brusca na organização dos elementos da frase.

04. Assinale a alternativa em que a forma verbal apresentada entre parênteses substitui corretamente a palavra destacada no enunciado.

- A Qual de nós chegará mais cedo para a arrumação da festa? (chegaremos)
- B A lista completa de todos os direitos e obrigações dos cidadãos chegou ontem. (chegaram)
- C “Escrever consiste em levar ideias a extremos para vê-las fracassar.” – Alejandro Zambra (fracassarem)
- D Vejo que algum de vocês, em plena consciência das faculdades mentais, saiu em disparada ontem. (saíram)
- E “A principal necessidade de nossas vidas é alguém que nos obrigue a fazer o que podemos fazer.” – Ralph Waldo Emerson (obriguem)



Internet

05. Em relação ao sentido das palavras empregadas na tirinha, assinale a alternativa correta.

- A No último quadrinho, “Imagina!” é sinônimo de “Por nada!”, correspondendo a um enunciado do tipo “Imagine se você precisa agradecer!”.

B “Imagina!”, no último quadrinho, corresponde a um enunciado do tipo “Imagine se eu preciso agradecer!”, sendo sinônimo de “De nada!”.

C Em nenhum quadrinho, o verbo “imaginar” é empregado no sentido de “fazer ideia”, “ter noção”.

D Em nenhum quadrinho, o verbo “imaginar” é empregado no sentido de “cogitar”, “conceber”.

E Em todos os quadrinhos, o verbo “imaginar” é empregado com um sentido único, sendo sinônimo de “pensar”.

Texto II (Questões 06 a 12)

Literatura de jornal (o que é a crônica)

A crônica é a expressão das contradições da vida e da pessoa do escritor ou jornalista, exposto que fica, com suas vísceras existenciais à mostra no açougue da vida, penduradas à espera do consumo de outros como ele, enrustidos, talvez, na manifestação dos sentimentos, ideias, verdades e pensamentos.

Já escrevi mais de cinco mil crônicas. E a uns estudantes que me pediram uma síntese sobre o gênero, respondi o seguinte:

É o samba da literatura. É ao mesmo tempo a poesia, o ensaio, a crítica, o registro histórico, o factual, o apontamento, a filosofia, o flagrante, o miniconto, o retrato, o testemunho, a opinião, o depoimento, a análise, a interpretação, o humor. Tudo isso ela contém, a polivalente. Direta e simples como um samba. Profunda como a sinfonia.

É compacta, rápida, direta, aguda, penetrante, instantânea (dissolve-se com o uso diário), biodegradável, (...) oxalá perfume, saudade e algum brilho de vida no sorriso ou na lágrima do leitor.

A literatura do jornal. O jornalismo da literatura. É a pausa de subjetividade, ao lado da objetividade da informação do restante do jornal. Um instante de reflexão, diante da opinião peremptória do editorial.

É tímida e perseverante. Não se engalana com os grandes edifícios da literatura, mas pode conter alguns de seus melhores momentos. Não se enfeita com os altos sistemas de pensamento, mas pode conter a filosofia do cotidiano e da vida que passa. Não se empavona com a erudição dos tratados, mas pode trazer agudeza de percepção dos bons ensaios.

Para ser boa, não deve ser mastigada. Deve dissolver-se na boca do leitor, deixando um sabor de vivência comum. Deve parecer que já estava escrita há muito tempo na sensibilidade de quem a lê e foi apenas lembrada ou ativada pelo escritor/jornalista que lhe deu forma.

Deve ser rápida como a percepção e demorada como a recordação. Verdadeira como um poente e

esperançosa como a aurora. (...) Suave como pele de mulher amada e irritada como uma criança com fome.

Terna como a amamentação e insegura como toda primeira vez. Religiosa como a portadora do mistério e agnóstica como um livre pensador. A crônica nos obriga à síntese, à capacidade de condensar emoções em parágrafos-barragem. Faz-nos prosseguir, mesmo quando nos sentimos repetitivos. É, pois, a expressão jornalístico-literária da necessidade de não desistir de ser e sentir. A crônica é o samba da literatura.

Artur da Távola

06. Em relação ao texto “Literatura de jornal (o que é a crônica)”, é correto afirmar que se trata de um(a)

A tipo textual predominantemente dissertativo, com alguns trechos em primeira pessoa, em que o autor apresenta ideias bastante subjetivas sobre o gênero crônica.

B tipo textual predominantemente narrativo, com alguns trechos em primeira pessoa, em que o autor apresenta ideias bastante objetivas sobre o gênero crônica.

C tipo textual predominantemente descritivo, exclusivamente em terceira pessoa, em que o autor apresenta ideias bastante subjetivas sobre o gênero crônica.

D crônica literária, escrita exclusivamente em primeira pessoa, em que o autor apresenta esse gênero textual como algo de menor relevância dentro da literatura.

E crônica jornalística, escrita exclusivamente em terceira pessoa, em que o autor apresenta esse gênero textual como algo de menor relevância dentro do jornalismo.

07. Assinale a alternativa cuja afirmação corresponde a uma ideia apresentada no texto acima.

A A crônica é uma modalidade de texto contraditória, pois, ao mesmo tempo que fica exposta para todos os tipos de leitor, é inacessível à maioria deles.

B Estudantes normalmente não escrevem crônicas porque essa modalidade envolve crítica, filosofia, depoimento, testemunho, análise, humor e vários outros tipos de conhecimento e experiência.

C A relação da crônica com a música vai do popular ao erudito, identificando-se, nessa ordem, com a diversidade de elementos e com a profundidade temática.

D Uma das principais características da crônica é a eternidade, uma vez que os sentidos veiculados por ela

se tornam inalterados com o passar dos tempos, independentemente das situações.

E A profundidade de uma crônica se manifesta especialmente pelo seu alto nível de detalhismo, com apresentação minuciosa e alongada das características ligadas a um fato do cotidiano.

08. Assinale a alternativa que apresenta uma correspondência correta de sentidos entre a palavra destacada no trecho transcrito do texto e a proposta entre parênteses.

A “Não se engalana com os grandes edifícios da literatura” (engana, equivocada).

B “à espera do consumo de outros como ele, enrustidos, talvez, na manifestação dos sentimentos” (espontâneos, extrovertidos).

C “Não se empavona com a erudição dos tratados” (torna simplória).

D “Um instante de reflexão, diante da opinião peremptória do editorial.” (decisiva, terminante).

E “Religiosa como a portadora do mistério e agnóstica como um livre pensador.” (que acredita em tudo).

09. “já estava escrita há muito tempo na sensibilidade de quem a lê.” No trecho destacado, trocando-se a expressão “muito tempo” por “muitos anos” e considerando-se também possíveis alterações verbais, fica totalmente de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa a sequência

A há muitos anos / faz muitos anos / haviam muitos anos.

B há muitos anos / faz muitos anos / houveram muitos anos.

C têm muitos anos / fazem muitos anos / havia muitos anos.

D há muitos anos / faz muitos anos / havia muitos anos.

E tem muitos anos / fazem muitos anos / houveram muitos anos.

10. “Faz-nos prosseguir, mesmo quando nos sentimos repetitivos. É, pois, a expressão jornalístico-literária da necessidade de não desistir de ser e sentir.” As palavras destacadas introduzem termos ou orações, respectivamente, com os sentidos de

A concessão, condição e conclusão.

B confirmação, condição e explicação.

C concessão, tempo e conclusão.

D condição, tempo e explicação.

E condição, modo e confirmação.

11. “Deve parecer que já estava escrita há muito tempo na sensibilidade de quem a lê e foi apenas lembrada ou ativada pelo escritor/jornalista que lhe deu forma.” Assinale a alternativa em que a forma reescrita do trecho apresentado altera o seu significado básico original.

- A Deve parecer que há muito tempo já estava escrita na sensibilidade de quem a lê e, pelo escritor/jornalista que lhe deu forma, foi apenas lembrada ou ativada.
- B Deve parecer que, na sensibilidade de quem a lê, já estava escrita há muito tempo e foi apenas lembrada ou ativada pelo escritor/jornalista que lhe deu forma.
- C Deve parecer que já estava há muito tempo escrita na sensibilidade de quem a lê e apenas foi lembrada ou ativada pelo escritor/jornalista que lhe deu forma.
- D Deve parecer, na sensibilidade de quem a lê, que já estava escrita e foi apenas lembrada ou ativada há muito tempo pelo escritor/jornalista que lhe deu forma.
- E Deve parecer que já estava escrita há muito tempo na sensibilidade de quem a lê e foi apenas ativada ou lembrada pelo jornalista/escritor que lhe deu forma.

12. Assinale a alternativa cuja forma reescrita do trecho entre aspas, nos parênteses, apresenta-se totalmente de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, mantendo o sentido original do enunciado.

- A “A crônica nos obriga à síntese” (A crônica obriga-nos à síntese).
- B “Não se enfeita com os altos sistemas de pensamento” (Não enfeita-se com os altos sistemas de pensamento).
- C “a uns estudantes que me pediram uma síntese sobre o gênero” (a uns estudantes que pediram-me uma síntese sobre o gênero).
- D “Faz-nos prosseguir” (Nos faz prosseguir).
- E “Deve dissolver-se na boca do leitor” (Se deve dissolver na boca do leitor).

13. Assinale a opção que indica a frase que está rigorosamente dentro dos modelos da norma culta.

- A Todos os convidados vestiam trajes à rigor.
- B Os policiais estavam cara a cara com os delinquentes.
- C Os promotores ficaram receiosos ante seus adversários.
- D As festas beneficentes nem sempre produzem dinheiro.
- E Entreguei a Constituição as advogadas para que ficassem bem-informadas.

14. Assinale a frase em que está correta a grafia da palavra sublinhada.

- A Não pregues por que tens que dizer alguma coisa, mas por teres alguma coisa para dizer.
- B Felizes os povos sem correio porque neles não há o enfado de responder cartas.
- C Porque nenhum imperador está acima da gramática?
- D O por quê da criação das línguas é para que as pessoas não pudessem se entender.
- E A condição soberana da sabedoria é o silêncio, porquê?

15. Assinale a alternativa cuja divisão silábica da palavra esteja INCORRETA:

- A Pas-sa-gem.
- B En-tra-da.
- C As-pec-to.
- D Co-rre-dor.
- E Fe-cha-da.

História do RN e Aspectos Geoeconômicos do RN

16. Do final do século XIX ao início da década de 40 do século XX, o cangaço foi assunto recorrente na imprensa, com destaque para os jornais de Mossoró. Em relação a essa temática, assinale a opção correta.

- A Os jornais de Mossoró abstiveram-se de escolher um lado no conflito entre a sociedade, coronéis e cangaceiros.
- B Antes do ataque de Lampião a Mossoró, o bando liderado pelo cangaceiro era denominado pela imprensa de “redentor do sertão”.
- C A mestiçagem era utilizada nas publicações dos jornais de Mossoró como justificativa para a degeneração dos cangaceiros.
- D A rendição da cidade de Mossoró foi noticiada pela imprensa com a exaltação da formação de aliança entre o prefeito e Lampião.
- E Segundo a imprensa local, Mossoró era arcaica e atrasada, razão pela qual era suscetível a ataques de cangaceiros.

17. No que concerne à atividade agropecuária potiguar, assinale a opção correta.

- A A agropecuária do estado do Rio Grande do Norte, em razão das limitações impostas pelo reduzido território e pelo estresse hídrico típico do clima

semiárido, é pautada na produção familiar para abastecer o consumo local e apresenta índices de baixa e média produtividade.

B O Rio Grande do Norte destaca-se na produção agropecuária de frutas, castanha-de-caju, fibras vegetais, cana de açúcar e leite, produtos que são exportados para estados vizinhos, como Ceará e Pernambuco, para processamento em agroindústrias.

C A agropecuária norte-rio-grandense é caracterizada por sistemas técnicos de produção direcionados ao autoconsumo e ao mercado interno, com destaque para as culturas de milho, arroz e feijão no agreste do estado.

D Os sistemas de engenharia criados para a produção agropecuária potiguar são formados por barragens, irrigação, rodovias para escoamento, energia elétrica e agroindústrias, que são a base técnica para a produção voltada aos mercados nacional e internacional de produtos como frutas tropicais, cana-de-açúcar, castanha de caju, leite e mel.

E As características naturais do Rio Grande do Norte, como solo de baixa fertilidade, recursos hídricos escassos e clima semiárido, propiciam a realização das atividades agropecuárias típicas de áreas tropicais, com a necessidade de sistemas técnicos, em especial de irrigação de sequeiro.

18. O Estado do Rio Grande do Norte é caracterizado por possuir um vasto potencial de desenvolvimento no setor de produção de eletricidade a partir de fontes limpas. Nesse aspecto, sobre o estado do Rio Grande do Norte, admite-se que:

A Em potência instalada, a matriz elétrica do Rio Grande do Norte é composta em 94% de fontes renováveis, dentre as quais se destaca particularmente a energia hidroelétrica. É o estado com maior produção, contando com mais de 2.800 máquinas em atividade.

B A energia eólica offshore é a principal fonte de abastecimento do estado, se destacando como a principal alternativa para a descarbonização da geração elétrica, com destaque por ser o primeiro produtor offshore do Brasil.

C O estado possui 9 projetos de parques em processo de licenciamento junto ao IBAMA para fins de produção de energia baseada na geração de hidrogênio — um combustível universal, leve e muito reativo — por meio de um processo químico conhecido como eletrólise.

D O estado desponta em novas tecnologias no Brasil ao investir de forma pioneira em infraestrutura e logística para o mercado de energia fotovoltaica, que depende de estrutura portuária adequada, com

políticas fiscais voltadas à atração de centros manutenção de geradores.

E O estado é o maior gerador de energia eólica do País, com 8 gigawatts (GW) de potência fiscalizada (em operação), volume que representa 30,20% de toda a produção eólica no Brasil.

19. Em 1942, a posição geográfica de Natal foi classificada como “um dos quatro pontos mais estratégicos do mundo” pelo Departamento de Guerra dos EUA, com Suez, Gibraltar e Bósforo. A cidade teve, então, seu nome relacionado ao apelido de:

A “Trampolim da vitória”, onde aviões vindos da Europa abasteciam e seguiam para a África.

B “Princesinha do Atlântico” pela sua beleza natural e por todas as suas fontes naturais de sal.

C “Ponto mais oriental do país”, onde o vento faz a curva, sendo o mais próximo do Oceano Pacífico.

D “Califórnia brasileira” pela sua infraestrutura para receber estrangeiros e suportar o funcionamento de uma base naval.

E “Barreira atômica” pela sua posição estratégica para implantação de ogivas nucleares de alcance global.

20. Durante o período da ocupação holandesa no território que hoje corresponde ao Rio Grande do Norte,

A ocorreu grande crescimento da produção açucareira, superando Pernambuco e Bahia.

B não houve crescimento econômico, restando dele, segundo Tavares Lyra, “apenas uma triste lembrança”.

C iniciou-se, no litoral, a exploração do pau-brasil, produto de grande interesse comercial.

D houve convivência pacífica entre indígenas tapuias e potiguares e colonos luso-brasileiros, unidos contra os invasores.

E foi criada a primeira alfândega brasileira em Natal, para controlar a entrada de produtos europeus.

Ética no Serviço Público

21. O assédio moral, sexual e outras formas de violência no trabalho praticados pelo agente, nos termos da Lei Estadual nº 11.902/2024, sujeitarão o infrator às seguintes penalidades, EXCETO:

A demissão, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 122, de 30 de junho de 1994

B suspensão

C cassação de aposentadoria

D advertência

E multa

22. Conforme o Decreto Estadual nº 33.094/2023, aos servidores públicos é vedado:

- A ser assíduo no serviço
- B guardar sigilo sobre documentos e fatos de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função
- C manter o local de trabalho limpo e em perfeita ordem
- D respeitar a hierarquia, cumprindo as ordens de seus superiores, exceto aquelas manifestamente ilegais
- E retardar qualquer prestação de contas legalmente exigida

23. A ética no serviço público está diretamente ligada ao compromisso do servidor com a cidadania e o respeito às normas. Além de garantir um ambiente profissional íntegro, a conduta ética contribui para o fortalecimento da cidadania e para a qualidade na prestação dos serviços à população. Considerando a ética no serviço público, assinale a alternativa correta:

- A As normas éticas podem ser seguidas apenas quando conveniente.
- B A ética permite ao servidor decidir com base em seus interesses pessoais.
- C A aplicação da ética pode variar conforme a função e as circunstâncias.
- D O servidor público deve agir com ética, transparência e respeito à sociedade.
- E A cidadania no serviço público se limita ao cumprimento de tarefas.

24. Considere as proposições a seguir sobre ética, moral e função pública.

I. A moral pública constitui um conjunto de normas jurídicas positivadas que disciplinam diretamente a atuação dos agentes estatais.

II. A ética administrativa corresponde ao conjunto de regras formais estabelecidas em lei para regular o comportamento funcional dos servidores públicos.

III. O exercício da função pública envolve responsabilidade institucional perante a sociedade.

Está(ão) correta(s):

- A I e III, apenas.
- B I e II, apenas.
- C II e III, apenas.
- D III, apenas.

E I, II e III.

25. Os códigos de ética se caracterizam por princípios e regras que visam justamente definir condutas a serem seguidas por um determinado grupo de profissionais. São princípios que regem os códigos de ética dos servidores públicos, exceto:

- A Honestidade no trabalho.
- B Lealdade com a organização.
- C Desrespeito à dignidade da pessoa humana.
- D Segredo profissional.
- E Tratamento cortês e respeitoso a supervisores, colegas e subordinados hierárquicos.

Direito Constitucional

26. Acerca dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 e de sua interpretação, assinale a opção correta.

- A A concessão de asilo político é ato discricionário.
- B São cláusulas pétreas a forma federativa de Estado, a República e o Parlamentarismo.
- C A prevalência dos direitos humanos é fundamento da República.
- D A soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana são objetivos fundamentais da República.
- E São Poderes da República, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

27. Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a opção correta.

- A As normas programáticas, por traçarem apenas diretrizes para a atuação do Estado, são desprovidas de qualquer eficácia.
- B As normas de eficácia plena são aquelas que não podem ser alteradas por emenda à Constituição.
- C A norma constitucional de que não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel, é considerada, pelo STF, norma de eficácia contida.
- D A previsão constitucional de que é assegurada, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas, é considerada norma de eficácia contida.
- E A previsão constitucional de que o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei, configura norma

de eficácia limitada, haja vista a necessidade de integração legislativa.

28. A Constituição Federal de 1988 prevê diversas garantias para as pessoas presas em razão de condenações criminais ou no curso do processo. Tendo em vista os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
- B Aos presos é garantido o respeito à integridade física e moral.
- C A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.
- D A não ser em situações de transgressão ou crime propriamente militar nos termos da lei, a prisão de qualquer pessoa só poderá acontecer se for em flagrante delito ou mediante ordem judicial escrita e devidamente fundamentada.
- E A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada. Contudo, no intuito de colocar a salvo a integridade física e moral dos profissionais da segurança pública, não é reconhecido ao preso o direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

29. Charles, de origem espanhola, tem 29 anos e, em 2022, naturalizou-se brasileiro, pois pretende prestar concurso para a carreira diplomática no Brasil. Com base na Constituição Federal, quanto ao ingresso de Charles na carreira diplomática, é correto afirmar que:

- A É possível, uma vez que ele é naturalizado.
- B Não será possível, pois ele tem menos de 30 anos.
- C Será possível, caso haja autorização do Presidente da República.
- D Não será possível, pois é exclusivo aos brasileiros natos.
- E Será possível somente se houver autorização de seu país de origem.

30. A Constituição Federal de 1988 estabelece como uma das condições de elegibilidade ao cargo de deputado federal a idade mínima de

- A 35 anos.
- B 30 anos.
- C 25 anos.
- D 21 anos.

E 18 anos.

31. Acerca da organização político-administrativa do Estado brasileiro e da repartição constitucional de competências, assinale a opção correta.

- A Compete privativamente aos municípios legislar sobre direito processual e direito urbanístico.
- B Inexistindo lei federal sobre normas gerais em matéria concorrente, os estados exercem competência legislativa plena para atender às suas peculiaridades.
- C A competência da União para legislar sobre normas gerais, em matéria de competência concorrente, exclui a competência suplementar dos estados.
- D Os municípios não podem suplementar a legislação federal e a estadual.
- E A competência para autorizar o comércio de material bélico é comum.

32. Sobre a organização dos poderes prevista na Constituição Federal de 1988, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. O Poder Legislativo Federal é exercido pelo Congresso Nacional, que é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal;
- II. Compete privativamente ao Presidente da República nomear e exonerar os Ministros de Estado;
- III. O Supremo Tribunal Federal é um órgão do Poder Judiciário.

- A Todas as assertivas estão corretas.
- B Todas as assertivas estão incorretas.
- C Apenas a assertiva I está correta.
- D Apenas a assertiva II está correta.
- E Apenas as assertivas I e III estão corretas.

33. Com base no Art. 144 da Constituição Federal de 1988, que trata da Segurança Pública, analise as alternativas a assinale a INCORRETA:

- A Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- B Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- C Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

D Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; são atribuições das polícias civis e militares.

E Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

34. A respeito do estado de sítio e do estado de defesa, assinale a opção correta.

A A suspensão de direitos no estado de sítio decretado em razão de resposta a agressão armada estrangeira é ilimitada.

B O decreto de estado de defesa pode determinar a ocupação e o uso temporário de bens e serviços públicos, respondendo a União pelos danos causados, desde que comprovado o dolo do agente público.

C As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ouvidos os líderes partidários, podem sustar os efeitos do decreto de estado de defesa.

D O presidente da República está dispensado de ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional quando a decretação do estado de defesa ou do estado de sítio decorrer de calamidade natural.

E Na vigência de estado de sítio para reprimir comoção grave de repercussão nacional, o poder público pode impor às pessoas a obrigação de permanência em localidade determinada.

35. Tem previsão expressa na Constituição Federal a regra que garante à pessoa com deficiência

A acesso a tecnologias assistivas para superar barreiras à integração social.

B direito ao auxílio-inclusão quando se tratar de deficiência moderada ou grave.

C prioridade no atendimento pela política habitacional.

D acessibilidade plena em todos os prédios públicos.

E reserva de percentual dos cargos e empregos públicos.

Direito Administrativo

36. Assinale a opção correta em relação às fontes do direito administrativo.

A A doutrina constitui fonte primária do direito administrativo, pois vincula diretamente a administração pública e o Poder Judiciário.

B Os tratados internacionais de direitos humanos com status supralegal não são fontes do direito administrativo.

C Parecer jurídico da procuradoria municipal aprovado pelo prefeito com força normativa é fonte do direito administrativo.

D Lei delegada não é fonte do direito administrativo, pois não é ato normativo primário.

E Quando reiterados pela prática administrativa ao longo do tempo, os costumes administrativos prevalecem sobre ato normativo secundário.

37. Quantos aos atos administrativos, assinale a opção correta.

A A revogação atua sobre ato ilegal e produz efeitos retroativos.

B A convalidação possui efeitos ex tunc.

C A anulação recai sobre ato inconveniente.

D O Poder Judiciário não pratica atos administrativos.

E A prática do ato de convalidação é vinculada.

38. É um dos deveres do administrador público:

A praticar usura, visando a obtenção de maiores retornos econômico-financeiros à Administração Pública para que ela possa financiar adequadamente as políticas públicas.

B recusar fé a documento público, desde que seja com base no órgão que o emitiu.

C proceder desidiosamente, com o objetivo de permitir que a equipe de trabalho seja mais eficiente.

D promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição, de forma a permitir o reconhecimento dos bons servidores públicos.

E cumprir as ordens superiores apenas nas situações que não se configurarem como manifestamente ilegais.

39. Um servidor municipal, ao analisar uma situação administrativa, verificou que determinada providência somente pode ser adotada, quando a lei define todos os requisitos e a consequência jurídica aplicável, sem deixar margem de escolha quanto ao conteúdo do ato. Em relação aos poderes administrativos e com base nas informações, é correto afirmar que tal fato consiste em uma atuação

A hierárquica, pois a validade do ato depende apenas de ordem superior.

B vinculada, pois a administração deve cumprir a forma de agir previamente definida pela lei.

C discricionária, pois a administração escolhe livremente a finalidade do ato administrativo.

D vinculada, pois o mérito administrativo permite escolher a solução mais oportuna ao serviço.

E discricionária, pois o agente público pode afastar requisito legal, por conveniência administrativa.

40. O uso do poder ocorre quando a Administração atua dentro dos limites legais e finalísticos de sua competência. Já o abuso do poder configura-se quando:

- A há desvio de finalidade ou excesso de poder.
- B o resultado acaba sendo desfavorável ao administrado.
- C a administração atua conforme a lei.
- D há mera irregularidade formal no ato.
- E o ato administrativo é praticado com base em critérios de conveniência e oportunidade previstos em lei.

41. Em relação à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- A As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos não responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, independentemente de dolo ou culpa.
- B As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo.
- C As pessoas jurídicas de direito público e privado responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, sem possibilidade de direito de regresso contra o responsável nos casos de culpa.
- D As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- E As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos não responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, nos casos de culpa.

42. A prestação de serviços públicos por meio de delegação para a iniciativa privada admite algumas formas, distinguindo-se a concessão e a permissão de serviços públicos, pois a

- A concessão de serviço público fica sujeita a integral controle externo e interno, enquanto a permissão de uso, ato discricionário, exclui a possibilidade de controle externo.
- B permissão tem natureza precária, dispensando a realização de licitação e não admitindo reequilíbrio econômico-financeiro.
- C concessão pode ter natureza contratual ou precária, esta quando tiver sido contratada mediante dispensa

ou inexigibilidade de licitação, ao passo que a permissão de serviço públicos é sempre precária.

D permissão de serviço público pode se dar sem fins lucrativos, desde que a pessoas jurídicas assim constituídas, o que não é admitido para as concessionárias de serviços públicos.

E concessão de serviços públicos só pode ser celebrada com pessoas jurídicas, enquanto a permissão de serviço público admite essa forma de delegação para pessoas físicas.

43. Sobre a organização administrativa, assinale a afirmativa correta.

A Órgãos públicos, como ministérios e secretarias, possuem personalidade jurídica própria, podendo ser demandados judicialmente para responder por prejuízos causados por seus agentes.

B A concentração é a técnica de organização administrativa predominante no Brasil, caracterizando-se pela inexistência de distribuição interna de competências no âmbito da Administração Pública.

C Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista não integram a Administração Pública, por serem pessoas jurídicas dotadas de autonomia administrativa e patrimonial.

D As entidades federativas são caracterizadas pela especialização de competências, enquanto as entidades da Administração Indireta são necessariamente multicompetenciais.

E A Presidência da República e a Mesa do Senado Federal são exemplos de órgãos públicos que, embora desprovidos de personalidade jurídica, detêm capacidade processual especial, restrita à defesa de suas prerrogativas institucionais em juízo.

44. Quando o cidadão exercer controle sobre a administração pública, definimos esse tipo de controle como:

- A Controle hierárquico.
- B Controle externo.
- C Controle social.
- D Controle judicial.
- E Controle interno.

45. Em procedimento de apuração, verificou-se que um agente público recebera diretamente de particular vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo público. Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei n.º 8.429/1992,

A as sanções cabíveis aplicam-se ao agente público e ao particular que concorreram para a prática do ato de

improbidade, sendo suficiente, para a responsabilização do particular, a demonstração de que se beneficiou da conduta ilícita, independentemente de dolo ou culpa.

B a conduta configura ato de improbidade administrativa independentemente de dolo ou culpa do agente, uma vez que o recebimento de vantagem patrimonial indevida em razão do cargo é objetivamente incompatível com a moralidade administrativa.

C a conduta pode configurar ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito, desde que dolosa, entendido o dolo como a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado.

D a conduta configura ato de improbidade administrativa que causa dano ao erário, pois o recebimento de vantagem patrimonial indevida implica lesão ao patrimônio público.

E o recebimento de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo configura ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, e só seria excluída a responsabilidade do agente se a vantagem fosse recebida por interposta pessoa.

Direitos Humanos

46. O término da 2ª Guerra Mundial é considerado um marco de especial importância na evolução histórica dos direitos humanos. Em parte, isso se deve ao fato de que, a partir de então,

A surgem os primeiros tratados internacionais para reduzir os efeitos das guerras sobre a população civil e oferecer proteção para militares capturados ou feridos.

B reafirma-se e consolida-se a noção de soberania nacional como principal instrumento de garantia dos direitos de seus cidadãos.

C o indivíduo, como pessoa natural, emerge, ao lado de outros atores, como importante sujeito do direito internacional de direitos humanos.

D com a criação da Liga das Nações, todos os países passam a se comprometer ativamente com a observância dos direitos humanos em território nacional.

E passa-se a reconhecer, a partir da experiência do holocausto, o caráter universal dos direitos humanos, até então restritos a grupos de pessoas declaradas vulneráveis.

47. Leia o trecho a seguir: “Os direitos humanos de _____ geração resultam, principalmente, da Constituição dos Estados Unidos da América de 1787 e da Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão e tinham como valor a

liberdade.” Marque a opção que preenche corretamente a lacuna.

A primeira

B segunda

C terceira

D quarta

E quinta

48. Consoante a Constituição Federal de 1988, os Tratados sobre Direitos Humanos

A serão equivalentes às emendas constitucionais se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em três turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros.

B serão equivalentes às emendas constitucionais se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

C não poderão ser equivalentes às emendas constitucionais, pois nenhum Tratado ou Convenção Internacional poderá possuir o mesmo status da Constituição Federal.

D assinados pelo Presidente da República, sem a necessidade de sua aprovação pelo Congresso Nacional, serão equivalentes às emendas constitucionais.

E serão equivalentes às leis infraconstitucionais se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

49. Considerando as Regras de Bangkok (2016), analise as seguintes assertivas:

I. Nos estabelecimentos destinados a homens e mulheres, a seção das mulheres deve ser colocada sob a direção de um funcionário do sexo feminino responsável, que terá à sua guarda todas as chaves dessa seção;

II. Nenhum funcionário do sexo masculino pode entrar na parte do estabelecimento destinada às mulheres, nem mesmo acompanhado por uma funcionária do sexo feminino.;

III. A vigilância das reclusas poderá ser realizada por funcionários do sexo masculino quando necessário.

Quais estão corretas?

A Apenas I.

B Apenas III.

C Apenas I e II.

D Apenas II e III.

E I, II e III.

50. Acerca das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela), assinale a alternativa correta.

A Deve ser exigido a todos os reclusos que se mantenham limpos e, para esse fim, ser-lhes-ão fornecidos água ou quaisquer materiais de higiene ou limpeza.

B As Regras de Nelson Mandela levam em consideração a preocupação, de longa data, das Nações Unidas pela humanização da justiça penal e a proteção dos direitos humanos.

C As Regras de Nelson Mandela têm a pretensão de descrever, em pormenores, um modelo de sistema prisional obrigatório para todas as Nações.

D Todos os reclusos que não efetuam trabalho no exterior devem ter pelo menos duas horas diárias de exercício adequado ao ar livre quando o clima o permita.

E A fim de permitir aos reclusos a manutenção de um aspecto correto e preservar o respeito por si próprios, ser-lhes-ão garantidos os meios indispensáveis para os cuidados capilares, excetuado o uso de barbeadores ou lâminas.

51. "Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele". Este artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na legislação pátria é garantido através do princípio da

A legalidade.

B igualdade.

C ampla defesa e do contraditório.

D universalidade.

E publicidade.

52. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada em 1948 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Considere as alternativas a seguir e assinale a que NÃO apresenta um dos seus princípios

A Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

B Todos os seres humanos nascem livres e iguais em todos os aspectos.

C Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião.

D Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei.

E Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

53. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) estabelece normas sobre a privação de liberdade. De acordo com o Artigo 5º – Direito à Integridade Pessoal, é correto afirmar que:

A Os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais, e receber tratamento adequado à sua condição de não condenados.

B As penas privativas de liberdade devem consistir em um tratamento orientado para a pena rigorosa do condenado.

C O isolamento celular prolongado é incentivado como método de reflexão e melhoria do comportamento individual.

D A separação entre menores e adultos nas unidades de custódia é facultativa e depende da disponibilidade orçamentária do Estado.

E O direito à integridade pessoal permite a suspensão temporária do acesso à saúde durante períodos de rebelião interna.

54. A respeito da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, assinale a opção correta.

A No sistema da CADH, os direitos essenciais das pessoas dependem da nacionalidade delas.

B Os Estados signatários da CADH têm não somente o dever de obedecer às disposições da convenção como o de aprovar medidas internas, legislativas e de outras espécies, conforme necessário, a fim de gerar plena observância dela.

C A CADH não veda nem estabelece restrições à aplicação da pena de morte, desde que esta esteja definida na legislação dos países e desde que estes garantam o devido processo legal aos acusados.

D O direito ao duplo grau de jurisdição, que é aplicado em todos os processos criminais no Brasil, decorre da CADH.

E A CADH protege, sem limitações, o direito de reunião pacífica e sem armas.

55. Qual das alternativas abaixo descreve corretamente um princípio fundamental dos Direitos Humanos e da cidadania?

A Restringir direitos básicos, como liberdade de expressão, dignidades para grupos específicos da sociedade.

B Priorizar os interesses de um grupo social em detrimento de outros, para manter o equilíbrio político e econômico.

C Garantir a igualdade de direitos e o respeito à dignidade de todas as pessoas, independentemente de raça, gênero, religião ou condição social.

D Ignorar as necessidades de minorias, como pessoas com deficiência, em situação de rua ou refugiados, em políticas sociais e públicas.

E Promover a exclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, como pessoas em situação de rua e refugiados.

Execução Penal

56. Com base no disposto na Lei nº 7.210/1984, Lei de Execução Penal, no que diz respeito ao trabalho do condenado, analise as assertivas a seguir:

I. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

II. O trabalho do preso no interior do cárcere está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

III. As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade poderão ser remuneradas, nos termos da Lei.

Quais estão corretas?

- A Apenas I.
- B Apenas II.
- C Apenas III.
- D Apenas I e II.
- E I, II e III.

57. Nos termos da Lei de Execução Penal, constituem deveres do condenado os apresentados a seguir, EXCETO:

- A Constituição de pecúlio.
- B Conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina.
- C Execução das tarefas e das ordens recebidas.
- D Submissão à sanção disciplinar imposta.
- E Urbanidade e respeito no trato com os demais condenados.

58. Considerando o disposto na Lei de Execução Penal sobre o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), analise a sentença a seguir:

O CNPCP é subordinado ao Ministério da Justiça (1ª parte). O mandato dos membros do CNPCP terá duração de 4 anos (2ª parte). Ao CNPCP, no exercício de suas atividades, em âmbito federal ou estadual, incumbe representar à autoridade competente para a interdição, no todo ou em parte, de estabelecimento penal (3ª parte).

Quais partes estão corretas?

- A Apenas a 1ª parte.
- B Apenas a 2ª parte.
- C Apenas a 3ª parte.
- D Apenas a 1ª e a 3ª partes.
- E Todas as partes.

59. Após a observância das formalidades constitucionais e legais, João foi condenado, definitivamente, pela prática do crime de feminicídio e iniciou o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime fechado, no Estado do Rio Grande do Norte. Diante do narrado, e considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, é correto afirmar que João

A terá direito à permissão de saída, a ser concedida pelo diretor do estabelecimento prisional, desde que preenchidos os requisitos legais, mas não à saída temporária.

B terá direito à saída temporária, a ser concedida pelo diretor do estabelecimento prisional, desde que preenchidos os requisitos legais, mas não à permissão de saída.

C não terá direito à permissão de saída, tampouco à saída temporária, salvo em caso de morte de cônjuge ou companheiro, mediante decisão do juízo da execução.

D terá direito à permissão de saída e à saída temporária, mediante decisão do juízo da execução, desde que preenchidos os requisitos legais.

E não terá direito à permissão de saída, tampouco à saída temporária.

60. Caio se encontra preso, definitivamente, pela prática do crime de latrocínio. Em conversa com o seu advogado, Caio tomou conhecimento da existência de um determinado órgão, ao qual incumbe diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, a referida incumbência pertence ao (à)

- A Departamento Penitenciário.

- B Conselho da Comunidade.
- C Conselho Penitenciário.
- D Defensoria Pública.
- E Patronato.

61. João, condenado definitivamente a uma penal total de 15 anos de reclusão, atualmente cumpre pena em regime fechado. No cárcere, o apenado exerce a função de cozinheiro e, desde que começou a trabalhar, apresenta um saldo positivo de 120 dias trabalhados, o que foi devidamente atestado pela direção da casa prisional por meio de atestado de efetivo trabalho. Nesses termos, considerando as disposições da Lei de Execução Penal brasileira (LEP), João, a partir do saldo de dias trabalhos que possui, tem direito a remir quantos dias de pena?

- A 120.
- B 60.
- C 40.
- D 30.
- E 12.

62. Em caso de falta grave cometida por quem já teve reconhecida a remição, de acordo com a Lei no 7.210/84 e entendimento do STF, é correto afirmar que

- A a coisa julgada material impede que seja revogado o tempo remido.
- B por se tratar a sentença de remição de coisa julgada formal, é possível a revogação de até 30 (trinta) dias do tempo remido.
- C o Juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo de pena remido, sem limite máximo.
- D o artigo da Lei no 7.210/84 que possibilita a revogação da remição por falta grave não foi recepcionado pela CR/88.
- E o Juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo de pena remido, tendo por limite máximo 30 (trinta) dias.

63. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. De acordo com a Lei de Execuções Penais, assinale a alternativa correta a respeito da assistência jurídica.

- A Não haverá local apropriado destinado ao atendimento pelo Defensor Público
- B As Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, apenas dentro dos estabelecimentos penais

- C As Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, apenas fora dos estabelecimentos penais
- D A assistência jurídica tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade
- E A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado

64. A respeito da disciplina, como forma de colaboração com a ordem, a obediência às determinações das autoridades e seus agentes no desempenho do trabalho, a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) estabelece que:

- A não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar
- B é permitido o emprego de cela escura
- C são permitidas as sanções coletivas
- D estão sujeitos à disciplina apenas os condenados à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos
- E estão sujeitos à disciplina apenas os presos provisórios

65. São características do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), entre outras, duração máxima de até _____, recolhimento em cela individual e visitas _____. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A 1 ano – quinzenais
- B 2 anos – semanais
- C 1 ano – semanais
- D 2 anos – quinzenais
- E 360 dias – semanais

66. A Casa do Albergado destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade em regime aberto, e da pena de

- A detenção.
- B reclusão.
- C limitação de fim de semana.
- D interdição temporária de direitos.
- E multa.

67. A prática de falta grave interrompe o prazo para:

- I. Fim de comutação da pena;
- II. Fim de indulto;
- III. Progressão de regime de cumprimento de pena;
- IV. Obtenção de livramento condicional.

Quais estão corretas?

- A Apenas III.
- B Apenas I e III.
- C Apenas II e IV.
- D Apenas I, II e III.
- E I, II, III e IV.

68. A execução penal tem por objetivo

- A punir exemplarmente o indivíduo que comete crimes.
- B impedir a prática de crimes violentos.
- C efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal.
- D acabar com o tráfico de drogas.
- E valorizar o trabalho dos Agentes Prisionais.

69. Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal. Assinale a alternativa correta.

- A Apenas nos casos de condenados com idade acima de 65 anos ocorrerá a individualização.
- B Apenas as mulheres terão suas penas individualizadas.
- C Todos que cometeram crimes hediondos terão suas penas individualizadas.
- D Somente os condenados com curso superior terão suas penas individualizadas.
- E Todos os condenados homens e mulheres terão suas penas individualizadas.

70. A monitoração eletrônica na execução penal

- A impõe ao monitorado deveres que, se violados, podem gerar a regressão de regime.
- B pode ser determinada em caso de permissão de saída no regime semiaberto.
- C é mecanismo de ressocialização a fim de se evitar a restrição da liberdade.
- D foi implementada em 2010 e resultou em considerável redução da superlotação prisional no Brasil.
- E é obrigatória para o cumprimento de prisão domiciliar.

Legislação Específica

71. Os municípios devem prestar contas ao Tribunal de Contas anualmente. Conforme previsão da Constituição do Rio Grande do Norte, mesmo após o exercício do controle externo pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas do

Estado, as contas devem ficar à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação durante

- A 15 dias.
- B 30 dias.
- C 60 dias.
- D 90 dias.
- E 180 dias.

72. Entre os princípios fundamentais descritos abaixo, os que NÃO se encontram previstos na Constituição do Rio Grande do Norte são

- A a cidadania e os valores sociais do trabalho.
- B a autonomia do Estado e de seus Municípios.
- C o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.
- D a dignidade da pessoa humana e a livre iniciativa.
- E os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

73. Em relação à Lei Complementar Estadual n.º 122/1994, em especial às garantias dos vencimentos dos servidores públicos estaduais, assinale a opção correta.

- A O serviço noturno, compreendido entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte, será remunerado com acréscimo de 50% da hora normal de trabalho.
- B O limite máximo imposto pela lei para a realização de serviço extraordinário, para atendimento de situações excepcionais, é de quatro horas por jornada.
- C Todo servidor público que atua em atividade penosa tem direito a adicional no percentual de 30% sobre o vencimento do cargo efetivo.
- D O servidor público faz jus a um período anual de férias remuneradas de trinta dias consecutivos, que pode ser acumulado até o máximo de três períodos, desde que comprovada a necessidade do serviço mediante despacho fundamentado da autoridade competente.
- E A gratificação natalina não pode servir de base de cálculo para nenhuma outra vantagem.

74. Conforme a Lei Complementar Estadual n.º 566/2016, não é vedado ao Policial Penal:

- A Cobrar carceragem, custas e emolumentos.
- B Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
- C Atuar como procurador junto a repartições públicas quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de cônjuge.
- D Participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, exercer o

comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

E Proceder de forma desidiosa.

75. São circunstâncias atenuantes que influenciam no julgamento das transgressões praticadas pelo Policial Penal do Rio Grande do Norte, exceto:

A boa conduta funcional

B relevância dos serviços prestados

C ter o transgressor cometido a irregularidade sob coação irresistível

D reincidência

E ter o transgressor cometido a infração sob influência de multidão sem ter provocado tumulto

76. Quanto às hipóteses de penalidades estipuladas na Lei Complementar Estadual n.º 122/1994 para infrações funcionais, assinale a opção correta.

A A ausência intencional do servidor ao serviço somente poderá configurar abandono de emprego pelo prazo mínimo estipulado na lei de noventa dias.

B Na hipótese de demissão de servidor público vinculado ao Poder Executivo estadual, a penalidade deverá ser aplicada pelo secretário de Estado que comande a pasta na qual o servidor se encontre lotado.

C É expressamente vedada a conversão da penalidade de suspensão em multa, ainda que o servidor permaneça prestando serviço na repartição.

D Na hipótese de reincidência em falta punida com advertência, a administração pública poderá aplicar a penalidade de suspensão do servidor público, a qual não poderá exceder a sessenta dias.

E A penalidade de advertência terá seu registro cancelado, sem efeito retroativo, após o decurso de três anos de efetivo exercício, desde que o servidor não tenha praticado nova infração no período.

77. A respeito do servidor em estágio probatório, assinale a opção correta, consoante a Lei Complementar Estadual n.º 122/1994 e suas alterações posteriores.

A O servidor não aprovado no estágio probatório é exonerado.

B A hierarquia é um dos critérios utilizados para a avaliação de desempenho do servidor.

C O servidor nomeado para o cargo de provimento em comissão fica sujeito a estágio probatório pelo período de 24 meses.

D O dirigente da unidade administrativa pode, conforme o caso, confirmar o servidor em estágio ou propor sua demissão.

E A organização é um dos critérios empregados para a avaliação de desempenho do servidor.

78. Assinale a alternativa incorreta a respeito do Estatuto da Carreira de Policial Penal do Rio Grande do Norte:

A O Policial Penal, em atividade ou aposentado, tem direito à identidade funcional equivalente à identidade civil.

B O Policial Penal poderá ser removido como forma de punição.

C A remuneração é a retribuição financeira paga ao servidor policial penal pelos efetivos serviços prestados.

D A Avaliação de Desempenho será realizada anualmente e adotará critérios a serem regulamentados pelo Poder Executivo.

E O desenvolvimento do servidor efetivo na carreira dar-se-á pela progressão e promoção funcional.

79. A Emenda Constitucional nº 104/2019 prevê que as polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva _____ subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Qual alternativa completa corretamente a lacuna anterior?

A da Guarda Nacional

B da Polícia Federal

C da Aeronáutica

D da Marinha

E do Exército

80. O controle externo no Brasil, conforme modelo explicitado na Constituição Federal brasileira e reproduzido nas Constituições Estaduais, é exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio dos Tribunais de Contas. No caso dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, a Constituição Estadual prevê que o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado só deixará de prevalecer por decisão de

A maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

B três quintos dos membros da Câmara Municipal.

C dois terços dos membros da Câmara Municipal.

D três quartos dos membros da Câmara Municipal.

E maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

81. Segundo a Constituição Estadual do Rio Grande do Norte, a intervenção do Estado nos Municípios

só é admitida em casos excepcionais. Caso ocorra, o decreto de intervenção é submetido à Assembleia Legislativa do Estado, esteja ela funcionando ou não, para apreciação em

- A 24 horas.
- B 48 horas.
- C 5 dias.
- D 10 dias.
- E 15 dias.

82. Sobre a sindicância e o processo administrativo disciplinar (PAD), regulamentados pela Lei Complementar Estadual n.º 122/1994, assinale a opção correta.

- A A sindicância pode ser instaurada como fundamento para aplicação de penalidade de advertência ou de suspensão pelo prazo de até trinta dias.
- B O servidor indiciado possui o direito de apresentar sua defesa escrita, regra geral, no prazo de quinze dias.
- C O prazo para conclusão de sindicância não deve exceder a sessenta dias e pode ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade administrativa.
- D As audiências e as reuniões da comissão que preside o PAD têm caráter público, sendo vedado seu caráter sigiloso ou reservado, ainda que devidamente motivado por autoridade competente.
- E Antes do término da apuração do PAD, é vedado o afastamento preventivo do servidor do exercício do cargo, devendo ele permanecer prestando os serviços que lhe são cabíveis.

83. À luz da Lei Complementar Estadual nº 566/2016, para ingresso na categoria funcional das Atividades Penitenciárias, exigir-se-á do candidato, exceto:

- A ser brasileiro
- B ter, no mínimo, 18 (dezoito) anos de idade e, no máximo, 45 (quarenta e cinco) anos de idade
- C ter conduta social ilibada
- D não registrar qualquer sentença penal condenatória
- E estar em gozo dos direitos políticos

84. Conforme o Estatuto da Policial Penal do Rio Grande do Norte, qual é o período de estágio probatório que o servidor deve cumprir para fins de aquisição de estabilidade?

- A 18 (dezoito) meses
- B 2 (dois) anos
- C 3 (três) anos
- D 5 (cinco) anos

E 10 (dez) anos

85. A Lei Complementar Estadual nº 566/2016 dispõe que não terá direito à Progressão Funcional o servidor que:

- I. não tenha atingido pontuação mínima na avaliação de desempenho;
- II. esteja em gozo de licença para interesses particulares;
- III. possua faltas justificadas.

Quais assertivas estão corretas?

- A I e II, apenas.
- B II, apenas.
- C II e III, apenas.
- D III, apenas.
- E I, II e III.

86. Assinale a alternativa incorreta sobre o Estatuto da Policial Penal do Rio Grande do Norte:

- A isenção de ânimos pessoais no exercício de suas funções é um princípio institucional do Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte.
- B segundo o Estatuto, enquadramento é o ato administrativo para formalização do posicionamento do servidor ativo e inativo nos diferentes níveis da carreira.
- C O Quadro de Pessoal do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte, no que se refere aos cargos de provimento efetivo, constituir-se-á em Quadro Permanente.
- D O teste de aptidão física, de caráter eliminatório, verificará se o candidato tem condições para suportar o treinamento a que será submetido durante o curso de formação, bem como para o exercício permanente das atividades inerentes ao cargo.
- E O ingresso na carreira de Policial Penal do Rio Grande do Norte dar-se-á no Nível A, codificado de PP-A, após aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

87. Acerca do direito de petição, estabelecido no Regime Jurídico dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte e na Lei Complementar Estadual n.º 122/1994 e suas alterações posteriores, assinale a opção correta.

- A O prazo de prescrição é contado da data da publicação do ato ou, na falta desta, da ciência pessoal do interessado.
- B Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento ao servidor ou a procurador por ele constituído, apenas na repartição.

C Quanto aos atos que afetem interesse patrimonial, o direito de requerer prescreve em 120 dias, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

D Com relação aos atos que afetem créditos resultantes das relações de trabalho, o direito de requerer prescreve em 2 anos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

E O direito de requerer prescreve em 2 anos no caso de atos de demissão e de cassação de aposentadoria, e em 120 dias nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

88. Em relação aos deveres dos servidores públicos civis estaduais do Rio Grande do Norte, assinale a opção correta.

A Em respeito à hierarquia, o servidor tem o dever de cumprir as ordens superiores, em qualquer situação.

B O servidor tem o dever de manter conduta compatível com a moralidade administrativa e observar, nos atos de ofício, os princípios éticos.

C A representação contra ilegalidade, abuso de poder ou omissão no cumprimento da lei deve ser formulada diretamente à autoridade representada, para que esta explicita as razões da prática do ato tido como ilegal.

D A enumeração dos deveres previstos na referida LCE n.º 122/1994 é taxativa, ou seja, limita os deveres inerentes à natureza da função do servidor aos previstos nessa lei.

E É dever do servidor atender com presteza ao público em geral, prestando todo tipo de informação requerida.

89. A Lei Complementar Estadual nº 122/1994 apresenta que é devido ao servidor, ao entrar em gozo de férias, um adicional com base na remuneração do período correspondente. Este adicional é de

- A 1/2 (um meio)
- B 1/3 (um terço)
- C 1/5 (um quinto)
- D 1/6 (um sexto)
- E 1/8 (um oitavo)

90. De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Norte, a critério da Administração, pode ser concedida, ao servidor público estadual, licença para trato de interesses particulares, pelo prazo de até:

- A 03 (três) anos consecutivos, com remuneração.
- B 02 (dois) anos consecutivos, com remuneração.
- C 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.
- D 03 (três) anos consecutivos, sem remuneração.

E 05 (cinco) anos consecutivos, sem remuneração.

Direito Penal e Processo Penal

91. Acerca da aplicação da lei penal no tempo, assinale a alternativa correta:

A A lei penal mais severa pode ser aplicada retroativamente aos crimes cometidos antes de sua vigência, desde que ainda não haja sentença definitiva.

B A lei penal mais benéfica somente poderá ser aplicada aos processos com sentença condenatória transitada em julgado.

C A abolitio criminis configura causa extintiva da punibilidade e incide também sobre fatos ocorridos anteriormente à vigência da norma descriminalizadora.

D O princípio da irretroatividade da lei penal impede a aplicação de normas penais mais favoráveis ao réu.

E A continuidade normativa típica ocorre quando uma conduta deixa de ser prevista expressamente na lei penal, tornando-se irrelevante para o Direito.

92. Assinale a alternativa que apresenta o estado de ânimo que exclui a imputabilidade penal.

A Emoção

B Desenvolvimento mental incompleto com incapacidade de entendimento e de autodeterminação

C Amor

D Embriaguez culposa

E Paixão

93. Relativamente à matéria do concurso de pessoas descrita no Código Penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

A Ocorrerá diminuição de um a dois terços se a contribuição for diminuta e secundária.

B Aquele que concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, sem distinção de sua contribuição.

C Ainda que alguma pessoa queira participar de crime menos grave, será aplicada a pena do mais grave.

D Se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, quando elementares do crime.

E Em regra, o ajuste pode ser punido ainda que o crime não chegue a ser tentado.

94. João, funcionário público, solicitou ao empresário Thiago pedido de propina para não executar determinado ato de ofício que por lei estava obrigado a fazer. O pedido foi feito ao empresário discretamente pelo intermediário Pedro, amigo de João que não é funcionário público. Pedro e João combinaram que dividiriam o

valor da propina. Thiago não aceitou o pedido e comunicou o fato à polícia. Nos termos do Código Penal,

A João praticou o crime de corrupção passiva por ser funcionário público, e Pedro de tráfico de influência, por ser particular.

B apenas João praticou o crime de corrupção passiva consumado, que é crime próprio, podendo ser praticado apenas por funcionário público, não se comunicando as circunstâncias e as condições de caráter pessoal.

C João e Pedro praticaram o crime de corrupção passiva consumado.

D apenas João praticou o crime de corrupção passiva tentado, que é crime próprio, podendo ser praticado apenas por funcionário público, não se comunicando as circunstâncias e condições de caráter pessoal.

E João e Pedro praticaram o crime de corrupção passiva tentado.

95. Conforme preconiza a Lei nº 8.072/90, são considerados hediondos os seguintes crimes, consumados ou tentados:

1. sequestro e cárcere privado cometido contra menor de 18 anos.
2. estupro de vulnerável.
3. epidemia com resultado morte.
4. tráfico de pessoas cometido contra criança ou adolescente.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- A São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- B São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- C São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- D São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- E São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

96. Segundo a Lei nº 11.343/2006, são requisitos para o reconhecimento do tráfico de drogas em sua forma privilegiada, implicando possibilidade de redução de pena, as condições a seguir em relação ao agente, EXCETO:

- A Ser primário.
- B Ter bons antecedentes.
- C Não se dedicar à prática de atividades criminosas.
- D Não integrar organização criminosa.
- E Confessar o crime em Juízo.

97. Nos termos da Lei nº 13.869/2019, conhecida como Lei de Abuso de Autoridade, é suscetível de

pena o agente público que cumprir mandado de busca e apreensão domiciliar às:

- A 5h30.
- B 6h.
- C 19h.
- D 20h.
- E 21h30.

98. É um tipo de prisão que só pode ocorrer durante a fase de investigação e não pode ser decretada durante o processo penal em si. Seu propósito é garantir a realização de atos ou diligências necessárias para a investigação. Ela tem um prazo fixo de duração e é aplicável aos supostos autores ou partícipes de crimes específicos. Esse texto traz os elementos delineadores da prisão

- A preventiva.
- B em flagrante.
- C domiciliar.
- D temporária.
- E simples.

99. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa correta:

- A O inquérito policial é indispensável para o oferecimento da denúncia, sendo sua ausência causa de nulidade absoluta.
- B O indiciamento no inquérito policial deve ocorrer por decisão judicial, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- C O inquérito policial é público, devendo ser sempre acessível ao investigado e a seu defensor.
- D O inquérito policial tem natureza inquisitiva, razão pela qual não admite nenhuma manifestação da defesa técnica.
- E O Ministério Público pode requerer diligências no curso do inquérito policial.

100. Sobre a ação penal privada é correto afirmar que

- A será promovida por denúncia do Ministério Público ou por requisição do Ministro da Justiça.
- B seu exercício depende de representação do Ministério Público e aceitação da vítima.
- C pode ser intentada tanto pelo ofendido quanto por quem tenha qualidade para representá-lo.
- D deve ser proposta no prazo de trinta dias da descoberta do crime pelo ofendido.
- E pode ser exercida por qualquer pessoa que saiba do crime e independe da vontade do ofendido.

Folha de Resposta

EXEMPLO DE PREENCHIMENTO

- Preencha os círculos completamente e com nitidez, utilizando caneta esferográfica de tinta preta.
- As marcações das respostas deverão ser feitas conforme ilustração.

Resposta ao item X = C →

Resposta ao item Y = B →

Resposta ao item Z = E →

ITEM / RESPOSTA

1 (A) (B) (C) (D) (E)

2 (A) (B) (C) (D) (E)

3 (A) (B) (C) (D) (E)



ITEM / RESPOSTA

1	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
2	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
3	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
4	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
5	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
6	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
7	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
8	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
9	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
10	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
11	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
12	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
13	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
14	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
15	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
16	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
17	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
18	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
19	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
20	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
21	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
22	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
23	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
24	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
25	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)

ITEM / RESPOSTA

26	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
27	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
28	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
29	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
30	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
31	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
32	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
33	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
34	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
35	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
36	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
37	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
38	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
39	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
40	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
41	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
42	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
43	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
44	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
45	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
46	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
47	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
48	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
49	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
50	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)

ITEM / RESPOSTA

51	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
52	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
53	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
54	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
55	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
56	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
57	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
58	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
59	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
60	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
61	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
62	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
63	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
64	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
65	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
66	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
67	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
68	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
69	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
70	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
71	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
72	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
73	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
74	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
75	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)

ITEM / RESPOSTA

76	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
77	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
78	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
79	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
80	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
81	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
82	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
83	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
84	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
85	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
86	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
87	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
88	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
89	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
90	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
91	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
92	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
93	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
94	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
95	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
96	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
97	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
98	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
99	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
100	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)

Gabarito

Simulado Amostra – Polícia Penal do Rio Grande do Norte

NÍVEL SUPERIOR

Policial Penal																			
001	002	003	004	005	006	007	008	009	010	011	012	013	014	015	016	017	018	019	020
B	E	C	C	A	A	C	D	D	C	D	A	B	B	D	C	D	E	A	B
021	022	023	024	025	026	027	028	029	030	031	032	033	034	035	036	037	038	039	040
C	E	D	D	C	A	C	E	D	D	B	A	D	E	E	C	B	E	B	A
041	042	043	044	045	046	047	048	049	050	051	052	053	054	055	056	057	058	059	060
D	E	E	C	C	C	A	B	A	B	C	B	A	B	C	A	A	D	A	B
061	062	063	064	065	066	067	068	069	070	071	072	073	074	075	076	077	078	079	080
C	C	E	A	D	C	A	C	E	A	C	C	E	C	D	E	A	B	E	C
081	082	083	084	085	086	087	088	089	090	091	092	093	094	095	096	097	098	099	100
A	A	D	C	A	E	A	B	B	D	C	B	D	C	E	E	E	D	E	C